



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Estadual

Acompanhamento de
Legislações

05 de agosto de 2011
Edição 56

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fernando dos Santos Macedo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Nathalia Margutti

Apoio Institucional: **Alexandrina Mori** – Relações Institucionais e Governamentais

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

Índice:

Agrotóxicos

PROJETO DE LEI Nº 743, DE 2009_____01

Dispõe sobre a proibição do uso, no Estado de São Paulo, de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica.

Embalagem

PROJETO DE LEI Nº 608,DE 2010_____05

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as embalagens de alimentos informarem a presença ou não de leite de origem animal em sua composição

PROJETO DE LEI Nº 743, DE 2009

Dep. Simão Pedro – PT

Dispõe sobre a proibição do uso, no Estado de São Paulo, de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º. - Fica proibido, no Estado de São Paulo, o uso de agrotóxicos que apresentem, em sua composição, os seguintes princípios ativos:

- I) abamectina,
- II) acefato,
- III) carbofurano,
- IV) cihexatina,
- V) endossulfam,
- VI) forato,
- VII) fosmete,
- VIII) glifosato,
- IX) lactofem,
- X) metamidofós,
- XI) paraquate,
- XII) parationa metílica,
- XIII) tiram
- XIV) triclorfom.

Artigo 2º. O Governo do Estado adotará as medidas necessárias para recolher e receber os produtos referidos no artigo 1º já adquiridos, para adequada destinação final dos produtos e embalagens.

Artigo 3º. Fica vedado aos órgãos da administração direta e indireta do Estado de São Paulo, a partir da publicação desta lei, adquirir ou utilizar agrotóxicos com os componentes declinados no artigo 1º.

Artigo 4º. O Governo do Estado adotará medidas com vistas a promover e estimular a produção de alimentos orgânicos e procederá à divulgação:

- I) dos efeitos nocivos provocados pelo contato e manuseio inadequados do uso dos agrotóxicos,
- II) da proibição do uso dos que tenham por princípio ativo os constantes do art 1º desta lei,
- III) de tabelas com seus nomes comerciais,
- IV) a existência de tecnologias, materiais e produtos substitutos que não agredem a saúde,
- V) de orientações sobre como proceder com o uso de estoques já existentes.

Artigo 5º. Fica instituída a Semana de Proteção Contra os Agrotóxicos, que ocorrerá anualmente na semana que compreende o dia 13 de Maio,

Parágrafo Único- Durante esta semana, o Estado promoverá ações educativas sobre os riscos dos agrotóxicos, formas de utilização com menor risco para a saúde e o meio ambiente, produtos menos tóxicos, e destinação de embalagens.

Artigo 6º. - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e demais unidades de saúde, programas para desenvolver ações de vigilância em saúde e assistência especializada que visem à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das doenças decorrentes do trabalho com agrotóxico.

§1º. Os programas compreenderão habilitação técnica dos profissionais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações referidas no "caput" deste artigo.

Artigo 7º Todos os casos de doenças e óbitos decorrentes da exposição ao agrotóxico deverão ser notificadas à Secretaria de Saúde do Estado.

Artigo 8º. A não observância ao disposto nesta Lei é considerada infração sanitária e sujeitará o infrator às penalidades estabelecidas no Título IV, do Livro III, do Código Sanitário do Estado de São Paulo, Lei nº. 10.083, de 23 de setembro de 1998.

Artigo 9º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 10º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Dados estatísticos mostram que o Brasil assumiu a triste liderança do consumo mundial de agrotóxicos – 733,9 milhões de toneladas, acima dos EUA, com 646 milhões de toneladas, movimentando 7,1 bilhão de dólares, conforme reportagem publicada na Revista Carta Capital, de 20 de maio de 2009 - e que agora anexamos, pelo conciso retrato que faz dos malefícios dos usos de tais substâncias.

Como mostra a reportagem, os agrotóxicos com os componentes ora proibidos são substâncias há tempos banidas nas lavouras das nações desenvolvidas. Dependendo do produto, foram também banidos de Índia, China, Costa do Marfim, Indonésia, Kuwait e Sri Lanka, demonstrando a periculosidade destes produtos químicos.

O que parece estar ocorrendo, é a antiga prática de mandar produtos de grande malefício à saúde da população e ao meio ambiente, para aqueles locais que, por uma razão ou outra, ainda não o proibiram.

As Resoluções da Diretoria Colegiada – RDC - Nºs 10 e 48, de 22 de fevereiro e 7 de julho de 2008, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), reconhecem os relevantes impactos à saúde dos produtos ora proibidos, reafirmando a preocupação de seus efeitos à saúde pública, e as restrições internacionais estabelecidas para agrotóxicos perigosos à saúde humana.

Pesquisas da Anvisa mostram que 15,28% dos alimentos do País têm resíduos de agrotóxico muito acima do permitido em lei, e a falta de controle de aplicação, aliado aos expressivos números do mercado, apontam para um uso excessivo e abusivo desses produtos. Não é à toa que a segunda causa de intoxicação no Brasil, após os medicamentos, é de agrotóxicos – apesar da subnotificação existente. E se dá tanto de quem aplica, como em quem consome.

São Paulo, como grande produtor de alimentos, e por ter a maior população do país, precisa dar o exemplo de proteção à saúde de seu povo, e também ao respeito ao meio ambiente.

Os produtos aqui proibidos foram banidos em diversos países por apresentarem entre outros problemas, toxicidade aguda, carcinogenicidade, neurotoxicidade e mutagenicidade. No entanto, a agricultura desses países não “parou”, como querem alguns, havendo alternativas em todos eles. A título de que, continuaríamos expondo a tais perigos a saúde de nossa população?

O legislador bandeirante necessita mostrar que está atento às oportunidades de livre iniciativa e negócios, mas jamais pondo em risco os bens mais caros que temos – a saúde e a vida de nossa gente, bem como o meio ambiente que deixaremos às futuras gerações.

Sala das Sessões, em 28-8-2009

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do?idDocumento=886882&act=detalhe¤tPage=1¤tPageDetalhe=1&rowsPerPage=10#inicio

Documento - Projeto de lei

No Legislativo 743 / 2009

Ementa - Proíbe o uso de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica.

Regime - Tramitação Ordinária

Indexação - Documento não Indexado.

Autor(es) - Simão Pedro

Situação Atual - Último andamento 01/09/2009 Publicado no Diário da Assembleia, página 23 em 01/09/2009 : Último andamento 11/04/2008 - Anexado ao Projeto de lei 0148/2001

Tramitação:

01/09/2009 - Publicado no Diário da Assembléia, página 23 em 01/09/2009

02/09/2009 - Pauta de 1ª sessão.

03/09/2009 - Pauta de 2ª sessão.

08/09/2009 - Pauta de 3ª sessão.

09/09/2009 - Pauta de 4ª sessão.

10/09/2009 - Pauta de 5ª sessão.

11/09/2009 - Publicadas Emendas de nº 1 e 2, do Deputado. (DA p. 13)

21/09/2009 - Distribuído: CCJ - Comissão de Constituição e Justiça. CSH - Comissão de Saúde e Higiene. CFO - Comissão de Finanças e Orçamento.

22/09/2009 - Entrada na Comissão de Constituição e Justiça

29/09/2009 - Distribuído ao Deputado Vanderlei Siraque

04/12/2009 - Devolvido sem parecer

16/12/2009 - Distribuído a Deputada Ana Perugini

05/03/2010 - Recebido da relatora, Deputada Ana Perugini, pela Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável ao projeto e emenda(s) 1 e 2

05/03/2010 - Recebido da relatora, Deputada Ana Perugini, pela Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável ao projeto e emenda(s) 1 e 2

05/05/2010 - Concedida vista conjunta ao Deputado Edson Giriboni e ao Deputado Fernando Capez

27/10/2010 - Concedida vista ao Deputado Uebe Rezeck

17/12/2010 - Publicado Requerimento, do autor, solicitando designação de Relator Especial. (DA p.21)

20/12/2010 - Comunicado Vencimento do Prazo

20/12/2010 - Presidente solicita R.E.

20/12/2010 - Presidente solicita R.E.

04/03/2011 - Recebido com parecer favorável ao projeto e emenda(s) 1 e 2, do relator especial Hamilton Pereira, pela Comissão de Constituição e Justiça

26/04/2011 - Distribuído: CS - Comissão de Saúde, Nos termos do Art.31, § 3º, da Resolução 869/2011.. CFOP - Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, Nos termos do Art.31, § 2º, da Resolução 869/2011.

28/06/2011 - Recebido do relator, Deputado Gerson Bittencourt, pela Comissão de Saúde, com parecer favorável ao Projeto de Lei com as Emendas nº 1 e 2.

29/06/2011 - 72ª Sessão Ordinária - Aprovado requerimento de urgência.

29/06/2011 - Alterado o regime para: PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

29/06/2011 - Aprovado no congresso de comissões Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, Comissão de Saúde, o voto do relator Enio Tatto, favorável ao projeto com a emenda apresentada e contrário às emendas nº 1 e 2.

30/06/2011 - Publicado Requerimento, do Deputado Enio Tatto, solicitando tramitação em regime de urgência desta propositura. (DA p. 25)

02/08/2011 - Publicados: Parecer nº 598/11, da CCJR-favorável à proposição e às emendas de nºs 1 e 2 e Parecer nº 599/11, do Congresso das Comissões: CS e CFOP-favorável à proposição, com emenda e contrário às emendas de nºs 1 e 2. (DA p. 20)

02/08/2011 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI Nº 608, DE 2010

Dep. Edmir Chedid - DEM

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as embalagens de alimentos informarem a presença ou não de leite de origem animal em sua composição

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - As embalagens de produtos alimentícios comercializados no âmbito do Estado de São Paulo deverão informar, além da presença ou não de glúten, a presença ou não de leite de origem animal.

Artigo 2º - O descumprimento desta lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, sujeita o infrator também às seguintes:

I – multa de 200 (duzentas) UFESP's por cada ocorrência, dobrando-se em caso de reincidência II - cassação da inscrição estadual, no caso de 2 (duas) ou mais reincidências consecutivas.

Parágrafo único – Para os efeitos deste artigo, considera-se infrator o estabelecimento que armazena o produto alimentício em desacordo com o disposto no artigo 1º, para fins de comercialização, ainda que o destinatário não seja o consumidor final.

Artigo 3º- Para os efeitos desta lei, considera-se ocorrência:

I - a reclamação do consumidor, ou interessado, perante o estabelecimento que comercializa o produto;

II – a lavratura de auto de infração pelo agente competente;

III – a comunicação da infração realizada diretamente ao PROCON, à autoridade policial ou à Promotoria do Consumidor do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Justificativa:

A presente proposta visa à proteção de inúmeras pessoas que possuem alergia alimentar à proteína ou intolerância alimentar à lactose presentes em laticínios de origem animal.

Segundo a médica clínica e nutrologista Dra. Shirley de Campos, embora apresentem sintomas parecidos, a alergia alimentar e a intolerância alimentar são doenças com causas e desenvolvimento distintos. A alergia alimentar é a reação imunológica à presença de proteínas alimentares, desencadeada por anticorpos de classe E (IgE) e G (IgG). Alguns cientistas chegam a classificar esta última em intolerância alimentar, gerando confusão terminológica. Mas a real intolerância alimentar não envolve o sistema imunológico, mas apenas o sistema metabólico.

Ocorre quando o organismo humano não produz enzimas digestivas suficientes para quebrar as moléculas do açúcar ingerido em moléculas menores, impossibilitando sua absorção pelo organismo para fins metabólicos e ocasionando diversas reações sintomáticas, como diarreia, inchaço abdominal, dores abdominais, entre outras. Hipótese bastante comum de intolerância alimentar, que ocorre com frequência em crianças, dá-se em razão da ingestão da lactose, açúcar presente nos leites de vaca e de cabra.

Tais disfunções podem apresentar sintomas graves, podendo levar em alguns casos até à morte.

Estima-se que cerca de 20% da população sofre de algum grau de alergia ou intolerância alimentar, sendo que a grande maioria desconhece o problema.

A hipótese mais amplamente conhecida é a intolerância ao glúten, dada a gravidade de seus sintomas, o que rendeu a obrigatoriedade de informação de sua presença ou não nos rótulos das embalagens de produtos alimentícios.

No entanto, acreditamos que também a presença de leite de origem animal deva ser informada. Não se busca com isso – nem seria possível – obrigar os fabricantes de produtos do gênero a colocar nos respectivos rótulos a presença de qualquer substância que possa fazer mal ao organismo. Mesmo porque cada indivíduo pode ter alergia ou intolerância a qualquer substância, o que exigiria embalagens individualizadas. Entretanto, no caso de alergia e intolerância ao leite de vaca, embora as ocorrências não sejam frequentemente tão graves quanto no caso da intolerância ao glúten (doença celíaca), sua frequência e gravidade igualmente recomendam a adoção da mesma medida.

Não se pode olvidar também que o leite de vaca está presente em grande quantidade de alimentos, mas nem sempre é possível identificar sua presença. Alguns biscoitos, bolos, macarrões, pães, balas, doces e diversos outros alimentos utilizam-no em sua composição, sem que muitas vezes o consumidor

imagine.

Pelo que foi exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para discussão, aprovação e aperfeiçoamento da presente proposição.

Sala das Sessões, em 4-8-2010.

a) Edmir Chedid - DEM

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembleia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as embalagens de produtos alimentícios comercializados no Estado informarem, além da presença ou não de glúten, a presença ou não de leite de origem animal.

Regime - Tramitação Ordinária

Indexação - Documento não Indexado

Tramitação:

06/08/2010 - Publicado no Diário da Assembleia, página 9 em 06/08/2010

10/08/2010 - Pauta de 1ª sessão.

11/08/2010 - Pauta de 2ª sessão.

12/08/2010 - Pauta de 3ª sessão.

17/08/2010 - Pauta de 4ª sessão.

18/08/2010 - Pauta de 5ª sessão.

19/08/2010 - Distribuído: CCJ - Comissão de Constituição e Justiça. CDDC - Comissão Defesa dos Direitos Consumidor. CFO - Comissão de Finanças e Orçamento.

20/08/2010 - Entrada na Comissão de Constituição e Justiça

08/11/2010 - Distribuído ao Deputado Antonio Salim Curiati

25/11/2010 - Recebido do relator, Deputado Antonio Salim Curiati, pela Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável ao projeto com emenda

01/12/2010 - Aprovado o parecer do Deputado Antonio Salim Curiati, favorável ao projeto com emenda

03/12/2010 - Entrada na Comissão Defesa dos Direitos Consumidor

14/12/2010 - Distribuído ao Deputado Feliciano Filho

03/03/2011 - Recebido do relator, Deputado Feliciano Filho, pela Comissão Defesa dos Direitos Consumidor, com parecer favorável

07/04/2011 - Distribuído: CDD - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. CFOP - Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, Nos termos do Art.31, §§ 13 e 2º, da Resolução 869/2011

18/05/2011 - Entrada na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais

20/05/2011 - Distribuído ao Deputado Marco Aurélio de Souza

21/06/2011 - Recebido do relator, Deputado Marco Aurélio de Souza, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, com parecer favorável

29/06/2011 - Aprovado o parecer do Deputado Marco Aurélio de Souza, favorável

29/06/2011 - Aprovado o parecer do Deputado Marco Aurélio de Souza, favorável